

José Eduardo Mendes Ferrão
Instituto Superior de Agronomia
Universidade Técnica de Lisboa, Portugal
Instituto de Investigação Científica Tropical, Portugal

A investigação agronómica em São Tomé e Príncipe durante a administração portuguesa

O autor faz um enquadramento muito breve da evolução das actividades agrícolas nas ilhas após o seu povoamento até chegar à criação, em 1876, de um lugar de Agrónomo no quadro do funcionalismo do território, chama a atenção para a insuficiente preparação deste técnico em “assuntos coloniais” e penúria de meios que aí lhe foram fornecidos para exercer a sua atividade e para a euforia que se vivia no território com os preços fabulosos conseguidos com a exportação do cacau e a dificuldade de introduzir inovação técnica num conjunto de administradores de Roças tecnicamente impreparados sob o ponto de vista agrícola, ufanos dos resultados que obtinham e os donos das Roças em Lisboa satisfeitos com os resultados. Passa-se em revista o período das “derrubadas” e das quedas vertiginosas da produção de cacau e das medidas tomadas para resolver o descalabro que se estava a verificar. Indicam-se algumas missões de cientistas que a convite das Empresas ou contratados pelo Estado procurando averiguar causas das quebras de produção que se verificaram e os conselhos que deram e os ouvidos surdos da maioria dos administradores da época. As dificuldades na vida agrícola das ilhas durante ao anos seguintes, a falta de trabalhos científicos apontando-se alguns sobretudo na área da tecnologia do cacau, considerado um dos mais bem preparados no mundo. Refere-se a influência de diplomados em Agronomia entre alguns proprietários e administradores locais, abrindo caminho para uma melhor aceitação da ciência e algumas das iniciativas que tomaram na experimentação orientada sobretudo no aumento da produção de cacau. A representação dos agricultores pedindo providências e a proposta da criação de um Centro de Investigação Agrária nas ilhas, de carácter privado e suportado basicamente pelos agricultores. A criação da Brigada de S. Tomé e Príncipe da Missão de Estudos Agronómicos do Ultramar e aspectos básicos do trabalho que realizou em termos de investigação e experimentação. A criação da Brigada de Fomento agropecuário de S. Tomé e Príncipe e a investigação e experimentação realizadas, virada não apenas para as grandes empresas mas também para os pequenos agricultores.

Palavras-chave: investigação agronómica, administração colonial

Em primeiro lugar quero agradecer o honroso convite que gentilmente me fizeram para intervir neste evento, felicitar os que tiveram a ideia de o promover e recordar aqueles que tiveram o trabalho de o organizar.

Sou hoje uma das poucas pessoas que viveram o ambiente das Roças de S. Tomé e que acompanhei de perto o esforço de investigação agronómica realizado nestas ilhas. Por isso me sinto na obrigação relativa de dar aqui um testemunho vivido de coisas que outros conhecerão apenas pela leitura ou pela opinião de terceiros.

Foram-me concedidos 20 minutos, espaço de tempo que procurarei cumprir, mas que desde já considero manifestamente insuficiente para trazer aqui algumas informações, por vezes muito mal conhecidas, sobre a investigação agronómica nas ilhas de S. Tomé e Príncipe.

Vou tentar fazê-lo quase em simples enunciado, o que empobrece o seu conteúdo e sobretudo mostrar como a atividade privada assumiu localmente a responsabilidade de experimentar e investigar quando o Estado esteve ausente ou se comportou como parceiro minoritário.

Por esse fato, por não ter dado origem a muitos estudos publicados, porque as gerações mais recentes não ouviram falar desses trabalhos aos administradores nessas ilhas e numa análise superficial, por vezes profundamente injusta, parece quase imediato concluir que, quantos aos trabalhos de investigação, estas ilhas são como um árido deserto.

Convém referir, para nos entendermos melhor, que nos fins do século XIX e princípios do século XX as ilhas de S. Tomé e Príncipe eram consideradas o território tropical mais bem aproveitado no mundo. Ali iam ver e aprender muitos estrangeiros que deixaram em artigos, conferências e livros as suas impressões sobre estas ilhas e os mais rasgados elogios às técnicas aí seguidas.

Os portugueses não se ficaram atrás neste trabalho de dar a conhecer o que nestas ilhas se passava, podendo dizer-se que dos territórios então províncias ultramarinas portuguesas, estas ilhas são o mais rico em informação por unidade de superfície. Para ter uma pequeníssima ideia recorda-se que num apanhado feito em 1982 (e quanto se conheceu e publicou depois disso), pelo Centro de Documentação e Informação do IICT, trabalho que já na época está muito longe de ser exaustivo, foram consideradas de interesse para estas ilhas nada mais nada menos do que cerca de 900 referências. Recordo aqui também a opinião de Ezequiel de Campos, engenheiro civil que esteve nas ilhas como profissional das obras públicas neste período, que no seu básico livro *Revalorização Agrícola da ilha S. Tomé*, publicado em 1920, refere no prefácio que só ele nessa data já tinha publicado 1330 páginas sobre as ilhas, a que devem somar-se as 400 páginas deste livro que ainda hoje deve constituir um documento de muita reflexão e em muitos aspetos como que uma Bíblia e outros foram ultrapassados pelo que a ciência progrediu.

Muitos trabalhos sobre a agricultura desta ilhas e outras áreas do conhecimento, encontram-se publicados principalmente no Boletim da Sociedade de Geografia, na Revista Agronómica, no Boletim da Agência Geral das Colónias e no Jornal de Agricultura Prática, este dois últimos já desaparecidos.

Um passo no passado

A atividade quase exclusiva das ilhas sempre foi a de uma agricultura quase industrializada, e por isso a grande maioria dos trabalhos publicados a elas dedicados, a ela se referem directa ou indirectamente.

Vou tentar, neste espaço de tempo mostrar, que a ocupação científica destas ilhas não é tão negra como alguns menos informados e menos cuidados levanamente têm afirmado.

Para o fazer, baseio-me muito no que estudei durante uma longa vida dedicada ao ensino e investigação, muito particularmente nos aspetos ligados a estas ilhas, nas permanências que fiz nestas ilhas, integrado na vida de algumas das suas explorações agrícolas onde acompanhei o dia a dia das suas diversificadas atividades e mais tarde, entre 1965 e 1972, como Consultor Científico do Governo local, quando este assumiu a orientação direta do fomento agropecuário das ilhas, libertando-se assim das mil e uma limitações e indiferenças de um governo exageradamente centralizado nos Gabinetes de Lisboa.

Até aos meados do século XIX, a agricultura regia-se, em quase todo o mundo pela tradição, pelos conhecimentos transmitidos de pais para filhos, pelos adágios ou adivinhações e em S. Tomé não era diferente. A contribuição notável de Liebig nos princípios do século o conceito da restituição terreno dos princípios minerais retirados pelas culturas para uma continuidade da produção, modificou este panorama, levou à criação do ensino agrícola que em Portugal se iniciou em 1852. A orientação do ensino deveria preparar bons empresários agrícolas juntando os conhecimentos científicos e técnicos recebidos no ensino à experiência e prática dos seus pais, com claramente foi explicitado por Filipe de Figueiredo em 1905.

Em Portugal, com esta orientação, só em 1878 foram criados no Estado lugares para os diplomados por este tipo de ensino, simultaneamente no Continente, nas Ilhas Adjacentes e nas Províncias Ultramarinas. As ilhas de S. Tomé passaram a contar no quadros do seu pessoal com um e apenas um agrónomo que entrou nestas ilhas equatoriais com pouca ou nenhuma experiência da agronomia tropical e em particular das suas culturas dominantes, numa época de grande prosperidade local.

Sobre estas ilhas publicaram-se vários e importantes livros em que a agricultura aparece sempre como denominador comum. Entre eles poderei citar a básica obra de Raimundo da Cunha Matos (o visconde de Pindela) “Chorographia histórica da ilha de S. Thomé”. “As ilhas de S. Tomé e Príncipe” de Vicente Melo Almada, “As ilhas de S. Tomé e suas Dependências de Manuel Ferreira Ribeiro”, “O ensaio sobre a estatística das províncias ultramarinas de Lopes de Lima”, “A revalorização agrícola da ilha de S. Tomé” de Ezequiel de Campos, “A Roça Água Izé” de Sousa Faro e “A Roça Boa Entrada de Henrique de Mendonça”, o estudo de Egidio Inso e só em tempos mais recentes e com uma primeira análise agronómica, o trabalho de Lains e Silva sobre “S. Tomé e Príncipe e a cultura do café”. publicado em 1958, isto independentemente de outros muitos estudos que directa ou indirectamente se relacionam com a agricultura, como o clássico estudo de Francisco Tenreiro sobre a ilha de S. Tomé.

Quero recordar aqui também o trabalho do Prof. Júlio Henriques e seus colaboradores, principalmente o naturalista F. Moller e José Dias Quintas o primeiro do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra que num plano nacional orientado por aquele Jardim, fizeram em S. Tomé os primeiros ensaios da introdução das quineiras. Dessa ação pouco mais ficou por lá que o nome de “morro das quinas” dado a uma das maiores elevações da Ilha se S. Tomé mas enriqueceu o património científico e técnico com o extraordinário livro de agricultura colonial escrito por aquele professor.

Os fins do século XIX e princípios do século XX

A maioria das propriedades agrícolas destas ilhas (as chamadas “Roças”), eram de absentistas vivendo em Lisboa, algumas vezes por eles visitadas no período mais fresco do ano (os chamados “inspetores do cacimbo”) e geridas localmente por administradores que se haviam feito de tarimba e adquirido conhecimentos que nessa época eram considerados suficientes. Como reconhecia Ezequiel de Campos, sempre

foi da praxe cuidar-se muito pouco da competência agrícola dos administradores das roças; com a maior sem cerimónia trocava-se a altura do sol da ponte do navio pela altura da varanda do administrador, o boné agalado do comando militar pelo chapéu de aba larga do roceiro, a pena das contas correntes pelo machim do mato. Mandava plantar quilómetros quadrados de cacau quem não fizera nunca o mais insignificante tiorocínio agrícola. E (Deus seja louvado) os cacoeiros durante muitos anos parece que se não deram mal com isso nem os roceiros.

Como é a regra, ninguém contesta a competência das pessoas quando os rendimentos são fabulosos.

Até aos fins do século XIX os roceiros bastavam-se a si próprios sem qualquer apoio agronómico oficial. As ilhas viviam período de grande prosperidade, as terras eram ricas, a produção de cacau era boa, as cotações internacionais do produto eram altas, os preços de custo não eram muito elevados, passavam-se os últimos tempos da mão de obra escrava.

Os proprietários de grande número das “Roças” mais importantes viviam luxuosamente em Lisboa, onde construíam palácios ajardinados e casas confortáveis e contribuía generosamente em ações de caridade e nas suas propriedades santomenses, aprimoravam-se nas residências dos administradores e outro pessoal como sinal de prestígio e garantia de bem estar dos que lhes proporcionavam tamanhos rendimentos.

Não deixaram os roceiros de procurar que esta situação de euforia se não alterasse e nesse sentido alguns deles visitaram outras zonas produtoras de cacau procurando atualizar-se.

Nalgumas dessas visitas verificaram que as plantações de cacaueros eram feitas “em pleno sol”, processo diferente do que seguiam nestas ilhas onde o cacau se cultivava sob sombra de árvores de maior porte. Era então ponto assente entre eles que

o cacaveiro era uma planta muito sensível que não resistiria á ação direta do sol.

Iniciam-se então nas ilhas as célebres “derrubadas” eliminando progressivamente as árvores que faziam sombra aos cacaveiros, tentando colocar em prática as novas técnicas que observaram nas suas visitas e naturalmente, como diríamos hoje, perante conhecimentos que nessa época eram apenas suposições, deu-se um aumento sensível da produção de cacau. Daí até se desencadearem as derrubadas totais deixando as plantações em pleno sol, foi um passo, um breve passo. A conclusão parecia lógica. Se retirando umas arvores que faziam a “sombra” aos cacaveiros a produção aumentava, então fazendo a sua total eliminação, as plantações “mijam-se a dar cacau”, como se afirmava.

As críticas a esta desarborização começaram logo em 1884 quando o Inspetor F. Moller do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra aí deslocado para acompanhar os ensaios da introdução da cultura das quineiras. Foi ele que deixou escritas no Jornal de Agricultura Prática palavras de alerta de que a continuar o sistema de “deitar tudo abaixo”, dentro de cinquenta ou sessenta anos estariam modificadas as condições climáticas das ilhas e por isso a viabilidade da cultura do cacaveiro estaria comprometida.

Outros cientistas e técnicos que passaram por estas ilhas alertaram para esta nova forma de cultivar o cacaveiro. Nos princípios do século XX August Chevalier, célebre agrónomo tropicalista francês de visita à Ilha de S. Tomé para avaliar o progresso aí conseguido com a cultura do cacaveiro, igualmente defendeu que a presença das árvores de sombra era indispensável, tanto nas plantações jovens como naquelas que se encontravam, em plena produção. O Prof. Júlio Henriques, o grande impulsionador da cultura das quineiras, numa época em que as derrubadas já haviam tomado proporções alarmantes, pedia aos agricultores que “não queiram produzir a ruína da bela ilha de S. Tomé.”

Apesar destes e outros avisos, a maior parte dos administradores continuavam na sua tarefa de “deitar tudo abaixo”, convencidos que estavam no caminho certo.

Esta intervenção na vegetação foi acompanhada por um período de importante redução nas quedas pluviométricas e o alargamento do período da “gravana” não faltando quem visse no segundo a influência direta das primeiras. Ezequiel de Campos apaixonou-se por esta questão.

Com as plantações conduzidas segundo o novo processo, as produções começaram a cair e os administradores vivendo em S. Tomé a acompanharem o dia a dia desta situação alarmante sem saber o que fazer e os roceiros em Lisboa preocuparam-se com a quebra de rendimentos que estavam a sentir e uns e outros. Não encontrando outra razão plausível, atribuíam todos os males aos ataques de doenças e pragas aos cacaveiros.

Em Março de 1909, já em pleno período de crise, decorreu em S. Tomé uma reunião de “roceiros” que reconheceram então os perigos da situação, mas não sabendo como ir mais longe. Como dizia Almeida, “são admiráveis colonos mas a Nação não pode exigir-lhes aquilo que eles não podem dar”.

Saraiva Viera, um ilustre diretor local dos serviços de Agricultura, não deixou de

referenciar mais tarde ironicamente que “a maior praga das plantações de S. Tomé Príncipe tem sido o homem”. Os vendedores de adubos e pesticidas apareceram logo a oferecer os seus produtos, mas sem grande aceitação limitando-se a fazer localmente alguns ensaios que não tiveram grande impacto.

As Missões Técnicas às ilhas

Os roceiros em Lisboa pediram o apoio do Governo para tentar debelar a grande dificuldade que eles não haviam conseguido ultrapassar.

Foi mandada a expensas do Governo uma primeira Missão constituída por dois agrónomos da Secção Colonial do Instituto de Agronomia e Veterinária, José Joaquim de Almeida e Acrísio Cannas Mendes. Tendo-se demorado na ilha de S. Tomé cerca de três meses, estes dois técnicos tiveram oportunidade de visitar “todas as plantações de cacau” da ilha. Do relatório que elaboraram consta a identificação de alguns fungos que encontraram, mas que afinal eram frequentes em quase todas as regiões produtoras de cacau e entenderam que as quebras de produção eram devidas menos a pragas e muito mais à forma como estava a ser feita a cultura. A plantação não havia sido devidamente acautelada manifestando-se nas ilhas como “uma febre financeira não tendo em vistas senão o lucro, mais que uma iniciativa agrícola-económica refletida e bem orientada que guiou a mão e o espírito dos plantadores desta região”.

O Ministério das Colónias decidiu, em face das situação, reforçar o apoio técnico ao território contratando em 1914 o Eng. Agrónomo Armando Zuzarte Cortesão para dirigir os Serviços de Agricultura cuja capacidade tinha sido sempre simbólica por falta de meios locais e por alguma falta de conhecimentos. O Estado garantiu que lhe seriam facultados os meios necessários para o bom desempenho da sua missão e antes disso, para estar bem esclarecido sobre os problemas ligados à produção e comércio do cacau deveria visitar outras plantações de cacau principalmente na África Ocidental, o que efetivamente sucedeu e alguns centros de grande comércio do cacau europeus. Cortesão chegou a S. Tomé em 25 de Novembro de 1914, em plena situação de crise. Como muitas vezes sucede as promessas de apoio que lhe tinham sido garantidas pelo Governo foram completamente goradas, o que o levou a lamentar-se “encontre-me em S. Tomé sem um único elemento de trabalho”. Apesar de tudo, tentou criar uma Estação Agronómica, introduziu e começou a estudar o comportamento de varias plantas introduzidas para uma potencial diversificação cultural e defendeu desde logo a rearborização das ilhas e a recomposição das plantações com novas árvores de sombra muitas delas introduzidas de outras zonas produtoras de cacau, principalmente americanas. Com estas ideias não foi tecnicamente bem recebido pelos administradores que ainda não tinham compreendido que as quebras de produção a que estavam a assistir não eram devidas a ataques de doenças e pragas mas ao empobrecimento dos terrenos provocado pela modificação do sistema cultural de cultura sombreada para cultura em pleno sol, pelas intensas derubadas que haviam sido praticadas e que alguns teimosamente continuaram a fazer.

Com a situação de calamidade continuava, contratado pela Companhia Agrícola Ultramarina deslocou-se a S. Tomé o entomologista Armando Seabra e também uma Missão Técnica constituída por Henri Navel e Pereira Coutinho por intermédio da Sociedade de Emigração de S. Thomé e Príncipe em 1919 para estudarem as doenças que estavam a afetar os cacauzeiros. No ano seguinte uma nova Missão Técnica constituída por Pereira Coutinho e Souza da Câmara do Instituto Superior de Agronomia, a expensas da Companhia da Ilha do Príncipe e Sociedade Agrícola Valle-Flor, esteve nas ilhas que pela primeira vez, de forma bem fundamentada, alertam para o sistema cultural errado que se estava a praticado e ainda nesse mesmo ano de 1920 o Doutor Ulrich, entomologista da Trindade e experiente na cultura do cacauzeiro e depois o fitopatologista alemão, Dr. Kaden. Em 1921, apesar dos escassos recursos locais, A. Cortezão encontrou cacauzeiros atacados pelo rubrocinto e imediatamente passou este pequeno inseto a ser o bode expiatório das quebras e produção, ponto de vista também partilhado por Sousa e Faro então administrador da Roça Água Izé. Hoje sabe-se perfeitamente, pelo comportamento ecológico deste inseto que vivendo ao sol atacou as plantações onde a sombra tinha sido suprimida. Mais tarde este comportamento foi confirmado porque os ataques desapareceram quando a sombra das plantações foi reconstituída.

A cultura do cacauzeiro e as ilhas de S. Tomé deixaram para reflexão, um período áureo e passaram a surgir dificuldades que muitas roças mais pequenas por não conseguiram suportar, foram abandonadas, dadas aos comerciantes locais em troca de dívidas contraídas para a manutenção das propriedades, especialmente no abastecimento da mão de obra ou incorporadas noutras roças ou empresas.

Uma alternativa

Em muitas plantações de cacauzeiros devastadas, para tirar algum rendimento das terras, plantaram-se palmeiras do dendém. As plantações de cacauzeiros recuperaram com a sombra do palmar alguma coisa e foi possível manter duas culturas diferentes no mesmo terreno embora em clara concorrência com mais tarde se havia de reconhecer. O “crash” da Bolsa de Nova York em 1929 provocou profundos agravamentos na economia mundial com a queda fantástica dos valores nas bolsas, baixa geral de preços, redução das produções, aumento de desemprego e falências e quase paralisação do mercado internacional. As cotações do cacau baixaram para cerca de metade.

Na década de trinta do século passado as pragas e doenças, entre as quais o míldio e as podridões das raízes (pourridié) estavam controlados, as produções estavam estacionárias, mas a valores muito baixos, sabia-se que o rubrocinto só atrapava os cacauzeiros ao sol as dificuldades de exportação eram grandes com a Segunda Grande Guerra.

Os roceiros estavam habituados a colher bastante e a investir pouco. Enquanto a fertilidade da terra o permitiu e a reciclagem das árvores de sombra das plantações ia dando para manter uma fertilidade sofrível, tudo correu razoavelmente. A fertili-

zação das plantações exigia investimento que nem sempre foi feito, as plantações davam algum rendimento em cacau, óleo de palma e coconote, as exportações de cacau mantiveram-se quase estáveis.

O investimento técnico nas plantações

Foi nesta situação de um certo conformismo que os roceiros e o Estado iniciaram um maior investimento técnico e científico.

Por uma lado, nas Administrações das Empresas em Lisboa passaram a ter inter-ferência mais direta técnicos agrícolas seus proprietários ou contratados e o Centro Colonial criou em Lisboa um Centro de Estudos que serviria de retaguarda e aconselhamento às empresas associadas e em S. Tomé vários engenheiros agrónomos e regentes agrícolas passaram a ser administradores da maior parte das maiores empresas. Entre os primeiros conta-se Marques de Almeida, Matos Morais, Tavares de Carvalho e Rodrigo de Castro. Entre o segundos Almeida Barreiros, Almeida Ribeiro, Cunha Rego, António Rosa, António Jordão, António Portugal e mais tarde também Ribeiro Goulão, Tomas Morbey e Jaime Borges.

Este investimento técnico, conjuntamente com muitos excelentes administradores “de carreira”, constituiu uma extraordinária colaboração para a modificação da situação agrícola das ilhas que se veio a verificar nos anos seguintes.

Nos primeiros anos da década de cinquenta do século passado a situação económica das Ilhas era tida como alarmante. As produções unitárias de cacau, principal atividade agrícola, eram muito baixas, cerca de 290 kg por hectare, os impostos eram elevados, os encargos com a mão de obras cresciam com nova legislação, os serviços agrícolas oficiais não existiam ou os roceiros não acreditavam neles.

Os roceiros pressionaram o Governo verbalmente em 1956 para lhes dar mais apoio mas não havendo resposta eficaz às suas preocupações, em 1957 apresentaram um documento escrito intitulado “Representação dos agricultores de S. Tomé e Príncipe a Sua Excelência o Ministro do Ultramar”, subscrito por 47 empresas agrupadas no Centro Colonial, representando “mais de 80% da produção daquela Província Ultramarina, profundamente preocupados com a grave crise com que se debatem e que ameaça conduzir à ruína a maior parte das explorações agrícolas das referidas ilhas”. O documento reconhecia que uma “pequena parte” das responsabilidades das baixas produções unitárias lhes cabia, mas também ao aparecimento de pragas e doenças, à redução da área cultivada por pelo “abandono de plantações decadentes”, “uma progressiva diminuição da produtividade das árvores que é das mais baixas do mundo”, “devido ao esgotamento das terras, envelhecimento das árvores e falta de material de replantação com formas melhoradas e mais produtivas”. Os agricultores, para responderem aos pontos que consideravam de sua responsabilidade propõem nesse documento ao Governo a criação de um “Centro Agronómico de S. Tomé e Príncipe”, de natureza particular, embora de Utilidade Pública, de que para o efeito juntavam já um Projeto de Diploma Legal. Este Centro receberia do Governo uma dotação inicial e depois um subsídio anual com caráter transitório e teria com receitas

ordinárias um imposto sobre os produtos exportados, um subsídio do Instituto Marquês de Valle Flôr e um subsídio do Governo, devendo este Centro assumir algumas das funções que nesse tempo cabiam à Repartição de Agricultura que assim ficaria livre de alguns encargos.

O ministro mandou este documento à Junta de Investigações do Ultramar para parecer e esta encarregou desse estudo o Eng. Lains e Silva, técnico de competência reconhecida que estivera em S. Tomé em 1956 e elaborara um estudo sobre a cultura do café nas ilhas. A sua informação não foi nada favorável à criação do proposto Centro com carácter particular. Lains e Silva reconhecia a necessidade da existência de um Instituto de Investigação Agronómica mas deveria ser de carácter oficial, para ajudar os agricultores e as autoridades a resolverem alguns dos problemas agrícolas com que as ilhas se debatiam, reconhecendo que “a agricultura de S. Tomé e Príncipe, na qual se baseia integralmente a sua economia atingiu a algumas décadas a decadência típica das atividades agrárias das regiões propícias sujeitas a exploração colonial” e que “a experiência de mais de um quarto de século provou ser irreversível pelos métodos tradicionais de trabalho” e que “a restauração da agricultura santomense teria de ser feita com recurso a técnicas modernas de exploração da terra”, apresentando em consequência as “Bases para a criação em S. Tomé e Príncipe de um Instituto de Investigação Agronómica”, apoiando e alargando a proposta dos agricultores mas dando-lhe uma base estatal, mas com o objetivo implícito de preparar técnicos especializados em agronomia tropical para servirem em todos os territórios tropicais aos quais Portugal está administrativamente ligado porquanto, no dizer do proponente “não parece possível o ensino eficiente de agronomia tropical numa quinta de Lisboa”.

O parecer foi enviada aos agricultores de S. Tomé e Príncipe que em apreciação na base do Centro Colonial não recebeu grande apoio porque, entre outros motivos controversos, os agricultores de S. Tomé e Príncipe não se sentiam na obrigação de suportar a formação de quadros para depois irem servir noutros territórios, já que uma parte importante do financiamento do referido Instituto seria conseguido por taxas lançadas sobre os produtos agrícolas exportados pelo território.

O Governo, hesitante na tomada de posição e tendo possivelmente em conta que do lado dos agricultores havia razões e pontos de vista muito de considerar e o alto prestígio social e profissional de muitos deles, procurando não criar mais encargos e dificuldades, decidiu “aguardar melhor oportunidade”.

Entretanto alguns estudos científicos ou técnicos nos domínios da agricultura foram feitos.

Refiro em primeiro lugar o estudo de Lains e Silva sobre a cultura do café nestas ilhas e publicado em 1958 a que já me referi, os trabalhos de Marques de Almeida e Matos Morais sobre a ecologia das ilhas e os problemas do sombreamento do cacau e nos domínios da tecnologia do cacau os estudos de Ester Portella, Ladeira Baptista, Fernando Costa, Mendes Ferrão. este que depois manteve uma linha de investigação em que colaboraram Helena Almeida e Cecília Leitão e que, com maior ou menor dificuldade, continuou mesmo depois da Independência.

A situação de impasse a que se chegara levou os roceiros a tomarem a iniciativa de resolverem parte das dificuldades. Deve referir-se a importação dos primeiros cacauzeiros híbridos por algumas das maiores empresas, a progressiva reconstituição do cacauzal abandonando áreas economicamente marginais, recompondo o sombreamento, principalmente no que diz respeito às espécies utilizadas como sombreadoras, associado a um esquema de fertilizações e combate de pragas e doenças, apoiando-se em novas plantações estabelecidas de forma mais racional e onde quase sempre foram utilizados clones da população local das ilhas, mas também novos “cacauzeiros híbridos”. Foi principalmente na década de sessenta que se fez uma grande reconstituição na sombra das plantações tendo-se reconhecido haver uma concorrência evidente entre as palmeiras e os cacauzeiros por ambas desenvolverem os seus sistemas radiculares nas mesmas espessuras de terreno e por ser necessário usar muitas palmeiras por unidade de superfície para se conseguir a sombra necessária. Assiste-se então a uma eliminação maciça das palmeiras das plantações e introduzindo outras árvores de sombra. Esta ação foi tão concentrada que em determinada época as ilhas sentiram a escassez de óleo de palma. A correção da situação deveria fazer-se pelo estabelecimento de novos palmares extremos com palmeiras melhoradas que nunca foi feita com a intensidade desejada, por entretanto terem subido os preços do cacau no mercado internacional. Nesse sentido se preparou ao nível oficial principalmente o material necessário colocado à disposição dos agricultores, a maioria do qual nunca chegou a ser utilizado, como se refere noutra local

Quando se pretendeu dar seguimento às ações previstas no Plano de Fomento para estas ilhas, não existiam localmente estruturas que as pudessem realizar nos domínios do apoio previsto ao sector agrícola. Foi então criada, dentro da Missão de Estudos Agronómicos no Ultramar, então uma estrutura de apoio e de retaguarda, uma “Brigada Agronómica de S. Tomé Príncipe” a qual se instalou nas ilhas e realizou um notável trabalho de reconhecimento, introduziu muito material melhorado para investigação local e manteve um esquema notável de investigação científica na área das ciências agrárias, apoiando-se essencialmente nos dinheiros concedidos por Portugal ao território e conseguiu reunir uma equipa notável de cientistas e técnicos que muito contribuíram para o estabelecimento das bases científicas para o desenvolvimento agrário de forma mais racional.

As actividades dessa Brigada, no que ao cacau diz respeito, concentraram-se essencialmente em três áreas. A primeira visava a produção local de híbridos adaptados às condições locais e bons produtores, para o que conseguiu reunir em coleção os cacauzeiros locais de produção excepcional e introduziu material de base e com um e outro começou a produzir “cacauzeiros híbridos” que entraram depois em fase de ensaio. A segunda tinha em vista aumentar significativamente as produções unitárias, estudando a fertilidade dos terrenos, muitos já esgotados ou próximo disso, os adubos mais aconselhados, a concentração da cultura nos terrenos mais apropriados, reduzindo a área ocupada e com isso os encargos de mão de obra e o combate contra pragas e doenças, nomeadamente o mildio do cacauzeiro, as cochonilhas, a broca do tronco, e dos frutos, a mármara dos frutos e outras que causavam prejuí-

zos importantes. Uma terceira procurava atenuar a importância relativa do cacau nos valores de exportação através duma diversificação cultural adequada e em especial visando o aproveitamento das áreas de cacauzeiro que seriam abandonadas. A Brigada estudou e interessou-se por outros vários aspetos da agricultura local, nomeadamente nos domínios da fruticultura e em especial da bananicultura e na introdução de material para a produção de semente híbridas de palmeira do andim que haviam de ser o suporte de novas plantações. A ação realizada por esta Brigada “foi de grande importância para o apoio dos agricultores das ilhas” e os próprios roceiros reconheceram que “os técnicos desta Brigada têm trabalhado em S. Tomé com manifesto e construtivo propósito de resolver os problemas agronómicos de que depende o acréscimo da produtividade das plantações”. Estes e outros estudos deram origem à publicação e valiosos trabalhos. Esta Brigada dedicou a sua atenção a muitos outros aspectos, nomeadamente a elaboração da Carta de solos das ilhas, o estudo da fertilidade de muitas roças etc. Aqui estiveram, entre outros, Vieira da Silva, Crespo Ascenso, Armindo Cardoso, Armando Noronha, João Goulão, Brito Mariano

Em consequência de alguns desencontros de opiniões quanto aos objectivos a atingir com a referida Brigada, o organismo foi extinto em 1964 e em sua substituição foi criada a Brigada de Fomento Agro-Pecuário de S. Tomé e Príncipe e nela incorporado o património valioso da primeira, a qual deveria continuar os estudos de melhoramento do cacauzeiro e outras valências em curso, incumbindo-lhe, entre outras funções definidas por Portaria de 24 de Novembro desse ano, “prestar assistência técnica às empresas agropecuárias e à pequena agricultura nativa e “intensificar o povoamento interno” e “exercer a inspeção dos produtos de origem animal importados e exportados e dos destinados à manipulação, industrialização e venda, estimular o conhecimento das vantagens do cooperativismo e criar uma cooperativa na Roça Favorita”.

A maior parte do pessoal científico e técnico da primeira das Brigadas regressou a Lisboa e a nova Brigada, dispondo de quadros em número reduzido, passou por uma fase de reorientação, mas conseguiu assegurar o apoio científico de alguns professores universitários e outros quadros entre os quais Risberg, especialista de podridões das raízes, Ário de Azevedo na Agricultura tropical, Raul Cabral na Fitopatologia, Mendes Ferrão nas tecnologias e ainda os investigadores Castel Branco na entomologia, Soares de Gouveia na fitossanidade do armazenamento, Rosário Nunes na apicultura e Ernesto Rafael na cafeicultura.

Com o tempo a Brigada foi constituindo os seus quadros com engenheiros agrónomos, veterinários, regentes e práticos agrícolas e passou a receber uma colaboração muito valiosa do Dr. Bartley especialista em melhoramento de cacau que tinha exercido a sua atividade na ilha da Trindade e se instalou em S. Tomé realizando um trabalho de alto nível, nomeadamente no melhoramento do cacauzeiro, na produção de novos híbridos, procurando encontrar indivíduos apropriados para as diferentes condições ecológicas das ilhas.

A Brigada continuou o trabalho de juntar em coleção os cacauzeiros reconhecidos pelos agricultores locais como dotados de características excepcionais (Colecção

S.S.T.), com eles constituiu um campo de ensaio e a partir deles prepararam-se numerosos cacauzeiros híbridos que estavam a ser estudados alguns deles já ao nível das plantações a quando da independência.

O fomento da fruticultura, recomendado como área de diversificação cultural num território dominado pelo cacau, começou pelo acompanhamento das primeiras exportações de bananas para Lisboa a partir das cultivares locais e introduzindo depois a cultivar Valery, nessa época a dominante no comércio internacional da banana fresca, em colaboração com o grupo de Trabalho de Fomento Frutícola do Ultramar. Foi deste ilha de S. Tomé que, com os devidos cuidados, se introduziu esta cultivar em Angola sendo aí a base de uma próspera fruticultura que estava em grande desenvolvimento na independência. Além disso, deu grande importância à difusão da cultura do ananaseiro lançando-a aos pequenos agricultores e introduziu outras fruteiras tropicais que estavam em estudo, nomeadamente as mangueiras com frutos quase isentos de fibra e papaieiras de frutos mais pequenos visando a exportação.

Outra linha de trabalho a que esta Brigada se dedicou foi o melhoramento da palmeira do dendém igualmente dentro do programa de diversificação cultural referido. A Brigada continuou a reunir em coleção as palmeiras reconhecidas com boas produtoras e produziu a partir de pólen vindo de Angola e da Guiné e usando como progenitores femininos plantas locais do tipo dura, reunidas na coleção referida, afinou técnicas de germinação rápida das sementes e colocou ao dispor dos agricultores milhares de plantas tenera a um preço simbólico. Infelizmente as plantas estavam disponíveis quando o cacau atingiu cotações muito interessantes no mercado internacional e os agricultores já não pensaram na diversificação e milhares de plantas ficaram sem serem utilizadas. Dentro do campo das palmeiras a Brigada introduziu unidades artesanais para a extração do óleo de palma para pequenos agricultores ou grupo de pequenos agricultores, estudou-se a instalação de uma unidade de coco ralado.

Na área do cacau a Brigada introduziu modificações na tecnologia do cacau, reduzindo o tempo de fermentação, controlando a secagem e armazenamento e os teores de acidez volátil no cacau fermentado que depreciavam o cacau de S. Tomé no mercado internacional. Por outro lado, procurou dinamizar-se a instalação local de uma unidade de industrialização intermédia do cacau visando a exportação de pasta de cacau e retendo no território parte importante do valor acrescentado pela tecnologia. Tendo em conta que uma parte razoável de cacau era produzido por pequenos agricultores que usavam uma tecnologia deficiente e cujo aparecimento no mercado depreciava o cacau santomense no geral, foi estudada a instalação de unidades tecnológicas para tratamento do cacau dos pequenos agricultores nas zonas onde eram dominantes, uma nas proximidades de Santo Amaro e outra nas proximidades da Trindade.

Nos domínios do cafeeiro arábica, que continuava a ser cultura relevante nas terras de altitude onde a cultura do cacauzeiro já não era viável e em colaboração com o Centro de Investigação de Ferrugens do Cafeeiro do Instituto de Investigação Científica Tropical e com o Instituto de Investigação Agronómica de Angola estudarem-se

as condições de adaptabilidade, produção e resistência a doenças, especialmente a ferrugem alaranjada, a antracnose e resistência a nemátodos de cafeeiros produzidos naquela Estação.

No Plano de trabalhos da Brigada estava o estabelecimento e apoio a pequenos agricultores locais. Nesse sentido iniciou esse trabalho com a aquisição da roça Favorita que dividiu em parcelas, entregando cada uma a um agricultor sem terra e dotada a parcela cedida de casa própria e outras estruturas familiares e forçando o espírito cooperativo, criou instalações para o tratamento tecnológico conjunto da produção dos pequenos agricultores.

Dentro do plano previsto de apoiar os grandes e os pequenos agricultores, a Brigada criou um Boletim Informativo de que se publicaram 27 números e manteve na rádio um programa semanal sobre a agricultura. Nesta Brigada deram o seu melhor entre outros Vinício Marques, Jaime Borges, Edomeu Almeida, Rui Quinta, Tomaz Morbey Castro Antunes e vários engenheiros técnicos e práticos agrícolas.

Ao lado, Carvalho Rodrigues, através dos Serviços Cadastrais deixou a sua esplêndida Carta Agrícola das duas ilhas.

Nota final

As ilhas de S. Tomé e Príncipe, ao longo dos séculos, sempre foram, salvo um período de grande abandono, terras de monoculturas de exportação. Primeiro o açúcar, depois o café e seguidamente o cacau que ainda hoje é rei e senhor da economia das ilhas. Não admira assim que os estudos se centralizem nestas atividades, direta ou indiretamente e que as venturas e desventuras das ilhas estejam ligadas aos poucos produtos dominantes, quase exclusivos de uma agricultura empresarial a que os nativos não aderiram significativamente, baseada em empresas, algumas das quais eram “estados dentro de outro estado” e às vezes mais do que isso.

Da investigação, da experimentação e da experiência tinha-se atingido uma fase de progresso da agricultura mais fácil e mais segura. Depois disto são as opções políticas.

Quando andei por essas ilhas, numa expressão feliz alguém dizia que para viver em S. Tomé haveria que falar 80 por cento em cacau e 20 por cento em tudo o resto.

A cultura do cacau foi o Eldorado enquanto se exploraram terras virgens e de grande fertilidade, passou pela crise das derrubadas e esgotamento dos terrenos, acordou com rendimentos de 290 kg por hectare de cacau comercial nos períodos a seguir à Segunda Guerra Mundial.

A atividade era ruinosa para muitas das pequenas roças que foram desaparecendo.

Os roceiros e o Estado deram com o tempo “a volta ao texto”.

No momento próprio deixamos uma agricultura cacauzeira em pleno progresso, com sombreamentos regularizados, com fertilizações em rotina, com o abandono de áreas economicamente marginais e com material vegetal de qualidade em termos

de reconstituição das plantações, muitas das quais estavam a atingir o fim da sua explorabilidade económica. A cultura, apesar dos encargos terem subido, era rendível, dos pouco menos de 300 kg referidos deixamos uma média de 550 kg por hectare e uma previsão de 11 mil toneladas que deveriam ser produzidas em cerca de 20 mil hectares e muita terra livre para uma diversificação cultural que se tinha como indispensável em termos de segurança económica.

E deixámos também quase todas as bases técnicas e científicas para o desenvolvimento da agricultura local, dentro dos seus condicionalismos.

Se na vida nada é perfeito nem tudo é imperfeito. Por aquilo que fizemos e deixámos não encontramos apenas exploração e domínio.

Terminaria com um frase que um dia encontrei à entrada duma propriedade agrícola. “Aqui não interessa os que sabem muito, mas aqueles que são capazes de fazer melhor”.